

O PROCESSO DE INCLUSÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS NA VISÃO DAS MÃES DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

DOI: 10.29327/256526.6.1-2

*THE INCLUSION PROCESS IN PUBLIC SCHOOLS IN THE VIEW OF MOTHERS OF CHILDREN WITH DISABILITIES*Ana Mércia da Silva Nascimento¹Ana Maria da Silva²

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar o processo de inclusão escolar segundo as mães de crianças com deficiência. Nesse sentido, destaca-se também, as práticas pedagógicas relacionadas a alunos com deficiência, as atuações e avanços relacionados ao aperfeiçoamento desta prática, e o investimento do estado e dos profissionais ligados a área de educação especial. As mídias têm comentado acerca dos avanços e melhorias, porém ainda há muito o que fazer, e infelizmente muitos professores não recebem nenhum tipo de aperfeiçoamento ligados a área de educação especial e inclusiva, e quando recebem um aluno que possua alguma deficiência, seja ela mental, intelectual, auditiva, física, visual ou múltipla ficam totalmente perdidos e o estudante não recebe um ensino aprendizagem qualitativo. Algumas cidades, oferecem o AEE (Atendimento Educacional Especializado), cuja função é identificar, organizar e elaborar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas, e funciona como uma sala de aula instalada na escola comum, equipada com recursos extras para auxiliar na aquisição da aprendizagem dos alunos incluídos nas classes comuns. É importante analisar se este recurso de fato funciona ou é apenas mais um meio de “calar” as mães que têm que confiar a educação de seus filhos deficientes a escolas públicas por falta de recursos e aceitar a única opção que lhes são impostas. A coleta de dados para a referida pesquisa se deu por meio de respostas a um questionário gerido na plataforma Google Forms, onde as mães de crianças com deficiência responderam acerca da inclusão de seus filhos em escolas públicas. Como resultado vimos, que estas mães não se sentem confiantes no processo educacional de suas crianças e nem a escola, nem os professores possuem estrutura para conseguir fazer o processo de inclusão acontecer de maneira eficiente e eficaz. O artigo está ancorado nos postulados de Carvalho (2004), LDB 2006, Glat (2007), Mantoan (2003), dentre outros.

Palavras-chaves: Escola pública; Criança com deficiência; Prática Pedagógica; Mães; Educação Inclusiva.

ABSTRACT

This study aims to analyze the process of school inclusion according to mothers of children with disabilities. In this sense, it is also highlighted the pedagogical practices related to students with disabilities, the actions and advances related to the improvement of this practice, and the investment of the state and professionals linked to the area of special education. The media have commented on the advances and improvements, but there is still a lot to do, and unfortunately many teachers do not receive any kind of improvement related to the area of special and inclusive education, and when they receive a student who has a disability, whether mental, intellectual, auditory, physical, visual or multiple are totally lost and the student does not receive a qualitative learning teaching. Some cities offer the AEE (Specialized Educational Service), whose function is to identify, organize and develop pedagogical and accessibility resources that eliminate barriers to the full participation of students, considering their specific needs, and works as a classroom installed in the common school, equipped with extra

1 Licenciada em Pedagogia pela Universidade Paulista (UNIP). Especialista em Educação Especial com Ênfase em Educação Inclusiva. E-mail: merciaana3@hotmail.com

2 Licenciada em Pedagogia pela UFPB. Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. E-mail: ana.marya14@hotmail.com



resources to assist in the acquisition of learning for students included in common classes. It is important to analyze whether this resource really works or is it just another way to “shut up” mothers who have to entrust the education of their disabled children to public schools due to lack of resources and accept the only option imposed on them. data for the related research was given through responses to a questionnaire managed on the Google Forms platform, where mothers of children with disabilities responded about the inclusion of their children in public schools. As a result, we have seen that these mothers do not feel confident in their children’s educational process and neither the school nor the teachers have the structure to make the inclusion process happen efficiently and effectively. The article is based on the postulates of Carvalho (2004), LDB 2006, Glat (2007), Mantoan (2003), among others.

Keywords: Public school; Disabled child; Pedagogical Practice; Mothers; Inclusive Education.

INTRODUÇÃO

Ter um filho com deficiência é se sentir muitas vezes impotente com relação à educação da criança e confiar os cuidados necessários a uma escola pública é complicado. Não estamos querendo afirmar que a solução está em escolas particulares, de maneira nenhuma. Sabemos que a luta pela inclusão e direitos das pessoas com deficiência, vem sendo intensificada desde os meados do século XX, através de movimentos sociais com o intuito de promover a igualdade e erradicar de uma vez por todas qualquer forma de discriminação.

Nos dias atuais, apesar dos avanços, as escolas públicas e particulares ainda enfrentam alguns desafios no que se refere a inclusão de pessoas com deficiência. Muitas mães ainda são obrigadas a entrarem na justiça para garantir a aceitação do seu filho deficiente em algumas escolas. Não que essas escolas sejam desinformadas acerca da Lei nº 7.853 que estipula a obrigatoriedade de todas as escolas a aceitarem matrículas de alunos com deficiência – e transforma em crime a recusa a esse direito, mas sim na falta de recursos, formação e despreparo de muitos profissionais para lidar com a educação destas crianças.

A mídia tenta demonstrar um cenário totalmente diferente: todas ou pelo menos a maioria das crianças recebem apoio e assistência do AEE; nenhuma escola recusa a matrícula de crianças deficientes; os professores ou pelo menos a maioria estão preparados para incluir e educar num ritmo igual ou parecido todos os alunos, com ou sem deficiência; todos os municípios ou pelo menos a maioria contam com salas de recursos e profissionais qualificados para lidar com o cenário atual .Será que de fato isso é verdade?

Cada vez mais, aumentam o número de crianças autistas, hiperativas, com retardos mentais, depressivas, com transtornos , deficiências físicas, auditivas, visuais entre tantas outras deficiências. O panorama, às vezes, é bem diferente e em muitas cidades mesmo com o recurso do AEE, algumas crianças demoram meses para serem atendidas por um profissional especializado, sendo este um psicólogo, fonoaudiólogo ou psicopedagogo, etc.

Sabemos que a demanda é muito grande e os pais ficam na expectativa de aparecer uma vaga. Com isso, o tempo vai passando sem que as crianças recebam algum tipo de atendimento, seguem frequentando as escolas, e muitas vezes são deixados de lado, pois muitos professores, além de não saberem trabalhar com eles, também não sabem o tipo de deficiência que têm, justamente pelo motivo de ainda não terem sido avaliados. Às vezes, quando são avaliados têm o seu desenvolvimento e aprendizagem jogados nas mãos de estagiários, que mal completaram a maior idade e estão tão ou mais perdidos do que os professores com relação à educação especial, e devido a sua falta de capacitação atribuem as mães a culpa de levarem tais crianças para a escola.

Os estagiários são contratados para adquirir experiências e para suprir os as necessidades, mas como são estagiários, não possuem conhecimentos necessários para lidar com as múltiplas deficiências dos estudantes e fica o professor esperando que esse estagiário dê conta do aluno com deficiência e o estagiário esperando que o professor faça o seu trabalho que é incluir, orientá-lo e dar condições de aprendizagem e igualdade para esta criança.

A educação especial passou por mudanças ao longo de sua trajetória. Inicialmente, houve a fase da exclusão do seu público-alvo de qualquer tipo de escolarização. Posteriormente, veio a fase da segregação, onde esse público passou a frequentar instituições estigmatizadas com um sistema paralelo à educação básica e, finalmente, a fase da inclusão, onde a escolarização do aluno passou a acontecer na própria rede regular de ensino, passando a ser considerada, além de educação especial, também inclusiva. Surge então a necessidade de um novo modo de planejar, a fim de acolher esses indivíduos que até então eram privados da vida escolar (Tannús-Valadão & Mendes, 2018).

Em muitos municípios a falta de conhecimento é tão grande, que professores colocam a culpa nos pais daquela criança ser tão agitada ou inquieta, alegando falta de limites ou educação, outros atribuem a falta de oração e vêem aquelas crianças como possuídas e mal sabem eles, que pode se tratar simplesmente de um caso de hiperatividade, porém a falta de aperfeiçoamento e qualificação os impedem de enxergar o óbvio e buscar meios de aprender, trabalhar e produzir com estas crianças.

Infelizmente não para por aí, cada vez mais, profissionais desqualificados e despreparados procuram jogar no aluno, na família ou no sistema os erros e fracassos que carregam por falta de aperfeiçoamento e estudos no cenário atual de educação e inclusão.

Apesar das leis beneficiarem estas crianças, o que de fato irá garantir o avanço , a inclusão , o acolhimento, o bem estar e aprendizagem das pessoas com deficiência são os investimentos em recursos educacionais e inclusivos que tendem a ampliar e oferecer além de uma aprendizagem mais significativa, um pouco de dignidade a estes alunos.

É importante enfatizar também, que a Educação Inclusiva não se resume à matrícula do aluno com deficiência na turma comum ou sua presença na escola. Uma escola ou uma turma considerada inclusiva precisa ser, mais do que um espaço para convivência, um ambiente onde ele aprenda os conteúdos socialmente valorizados para todos os alunos da mesma faixa etária (Glat, 2007, p. 21).

São inúmeras as melhorias a serem feitas no cenário atual e uma das mais importantes e indispensável é o aperfeiçoamento dos profissionais e professores que vão estar com estas pessoas dia a dia e que devem estar capacitados para melhor os atenderem, uma análise acerca do que está dando certo e o que não está, trocas de experiências com outras escolas e profissionais, trabalho em conjunto com os pais dos deficientes, escola e comunidades, um olhar de empatia para com alunos deficientes e a família e por fim buscar estar sempre atualizado diante deste cenário que cresce assustadoramente são excelentes para o ponto de partida.

O trabalho traz uma reflexão sobre a inclusão de crianças com deficiências em escolas públicas



no olhar das mães. Para isso, tomamos como base o aporte teórico de Carvalho (2004), LDB 2006, Glat (2007), Mantoan (2003), dentre outros.

A INCLUSÃO NO OLHAR DAS MÃES DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS

A inclusão diante da visão das mães nos faz refletir que não é apenas a escola ou os professores que se sentem frustrados e com um frio na barriga ao receber um aluno com deficiência. Será que alguns de nós já paramos pra pensar e nos colocar no lugar de uma mãe? Será que a mãe se encontra preparada pra confiar seu filho a uma instituição educacional que muitas vezes não se encontra capacitada e preparada para auxiliar na educação, inclusão e preparação deste filho para a sociedade? Sociedade esta, que têm excluído seus filhos de atividades cotidianas? Pois é, mães também sentem medo.

Às vezes, podemos pensar que a mãe é o ser mais bem preparado do mundo, porém em se tratando de mães de filhos deficientes, o medo, a incerteza e a insegurança se fazem presentes constantemente em seus dias. As barreiras impostas pela sociedade são inúmeras. A primeira, e talvez uma das mais difíceis, é o preconceito; podemos depois, citar a falta de estrutura física, que apesar de existir meios para ser superada, o poder público não disponibiliza verbas suficiente para que possamos superar essa barreira, e a falta de conhecimento não só para alguns professores a respeito de como trabalhar com essas crianças, mas também os direitos que estes deficientes possuem e não tomam conhecimento.

O conceito que está estampado no artigo 1º da referida Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência é o seguinte: “pessoas com deficiência são aquelas que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

Essas pessoas têm direitos garantidos por leis, porém o problema é que muitas famílias sequer sabem desses direitos, o que as deixam de mãos atadas, direitos estes que deveriam ser divulgados pelo poder público e instituições, principalmente para aquelas famílias mais desprovidas de informações.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência sancionado em 2015 garante uma série de direitos a essas pessoas, e de acordo com o Estatuto, deficiência é uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais para a vida. E conhecer a fundo sobre o que é deficiência e os direitos que as pessoas com deficiência possuem, são armas fundamentais para eliminar as barreiras e promover de fato a inclusão.

Segundo Paulo Freire “a inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades”. E são essas diferenças que tem levado muitos de nossos professores a rejeitarem a ideia de crianças com deficiência em suas salas de aula, por medo do fracasso, o que comprometeria sua competência e profissionalismo na arte de educar.

Quando uma professora diz “não quero esse menino em minha sala”, podemos interpretar sua recusa como má vontade, medo, pouca colaboração... ou como a tradução do desejo de contribuir para o sucesso na aprendizagem do aluno, para qual se sente desqualificada! (Carvalho, 2004,).

No mundo da educação o sucesso do aluno é o sucesso do professor, da escola, da família, da comunidade e da sociedade em geral, pois educação abrem portas, por isso, o tão temido fracasso. Um professor que não se capacita, não recebe nenhum recurso ou assistência, e é por muitas vezes “jogado” em salas de aula lotadas, quentes, sem ventiladores, sem material didático adequado, muitas vezes sem apoio pedagógico e de familiares não tem como oferecer uma educação de qualidade, e em se tratando de alunos com deficiência o cenário é bem mais complicado. Daí a insegurança de algumas mães de família, quando se trata do tema inclusão e a escola de seus filhos com deficiência.

Muitos professores são vistos como educadores, porém estão totalmente perdidos nessa nova visão educacional. Ou eles se capacitam para ensinar a uma criança da maneira que ela aprenda (deficientes ou não), ou serão apenas “fantoques ocupando lugares de professores”.

A escola tem que entender que não é a deficiência que dificulta as coisas e sim, as barreiras impostas pela sociedade. Cabe aos educadores e profissionais da educação, assim também como família, comunidade e sociedade, enxergarem a criança por inteiro e não apenas a sua deficiência. Infelizmente muitos gestores e educadores ainda enxergam nas socializações, convivência, interações a inclusão quando esta não está acontecendo.

Carvalho (2004), afirma que “as práticas educativas baseadas nesta significação tendem a negar, mascarar a diferença, como se ela não existisse e, portanto, ignoram a necessidade de pensá-la, problematizá-la, colocá-la nas pautas das discussões cotidianamente”.

A inclusão deve estar livre de julgamentos e estereótipos, e as pessoas com deficiência devem ter todos os seus direitos assegurados, direitos esses que vem sendo conquistados de longas datas, desde o século XVI onde pessoas com deficiência eram largadas em asilos, e se estendem até os dias atuais.

As Declarações Internacionais da Guatemala (1999) e a de Montreal (2001) não devem ser esquecidas, já que reforçam os caminhos para uma acessibilidade dos direitos da pessoa com deficiência. Fica claro que não só os filhos deficientes, mas também suas mães, enfrentam todos os dias as barreiras da superação, lutando por aceitação, qualidade de vida, inclusão e dignidade. E para uma mãe esta dignidade depende e muito da felicidade e desenvolvimento integral de seus filhos.

Todos os dias, o tema da inclusão bate à porta de familiares que tem filhos com deficiência, cada dia é uma interrogação, e a educação, a inclusão e o desenvolvimento integral de seus filhos dependem de profissionais que precisam estar especializados para que possamos ver a inclusão acontecer. Pois, como já foi mencionado anteriormente, não basta integrar a criança, temos que buscar educadores que enxerguem o aluno como um todo e não apenas sua deficiência. Esse é o desejo de todas as mães de filhos deficientes e cabe aos governantes um olhar de empatia e solidariedade para com essas famílias, além de elaborar programas de capacitação para os professores, adaptar salas de aula e os espaços físicos das escolas, oferecer materiais pedagógicos adequados e disponibilizar recursos que auxiliem na prática o propósito da inclusão.

Na perspectiva inclusiva, o trabalho em conjunto com a família é fundamental e de acordo com Mantoan (2003) “se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças.”

Nesse sentido, a inclusão implica em uma mudança no horizonte educacional, pois não se trata apenas dos alunos deficientes ou com dificuldades, mais atinge todos os demais envolvidos no sistema educacional. Cada pessoa tem o direito de ser exatamente como é, e cabe aos educadores conhecer seus alunos e inclusive suas deficiências e particularidades para que assim, possam focar no

seu potencial. Isso deixa claro que um laudo é importante para auxiliar no trabalho dos profissionais, porém não é tudo, o essencial é o trabalho que será feito com essas crianças independentemente de laudo, contudo é importante salientar que nem todas as famílias possuem esse parecer médico, certamente a educação deve andar junto com a saúde, pois em se tratando de crianças com deficiência ambos são essenciais e ambos deixam muito a desejar no que se refere a órgãos públicos. Apesar desses órgãos possuírem os melhores profissionais, falta investimento por parte dos governantes o que enfraquece e muito o desempenho de todos os profissionais envolvidos, e é esse enfraquecer que tem sido interrogado pelas mães de crianças com deficiência, visto que são muitas as variáveis que afetam o desenvolvimento infantil o que torna imprescindível o acompanhamento e apoio constante destas crianças, além da necessidade de uma atenção mais afetiva.

Hoje, depois de muitas lutas, algumas conquistas já podem ser comemoradas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no 9.394/96 (Brasil, 1996), no Capítulo III, art. 4º, inciso III, diz que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. Para muitas mães já é uma luz no fim do túnel, pois se houver uma escola próxima da sua casa, esta será obrigada a aceitar aquela criança e com isso não será mais preciso se deslocar para longe com toda a discordância que é conduzir uma criança com deficiência.

É evidente que sem diferenciação pedagógica não podemos falar de inclusão. No entanto, se a diferenciação não for inclusiva, isto é, se o trabalho que o aluno com necessidades educacionais especiais ou mesmo com dificuldades de aprendizagem realiza é marginal relativamente ao que se passa com o resto da turma, esse aluno está inserido na sua turma mas não está incluído. Isto significa que estes alunos, ainda que tenham problemáticas muito complexas, devem, de acordo com as suas capacidades, participar nas atividades em que essa participação é possível.

Para tal, é desejável que os professores criem ambientes de trabalho facilitadores desta interação e que a promovam, tendo em conta, no entanto, que a diferenciação não é um método pedagógico, é uma forma de organização de trabalho na aula, no estabelecimento e no meio envolvente. Não se limita a um procedimento particular, nem pode atuar apenas por grupos de nível ou de necessidade: Deve ter em conta, todos os métodos, todos os dispositivos, todas as disciplinas e todos os níveis de ensino (PERRENOUD, 2001). De acordo com Carvalho (2005), a educação inclusiva vem sendo para muitos a transferência de alunos com deficiência para as classes regulares e para a autora educação inclusiva não se restringe aos alunos com deficiências, ao contrário, ela deve atender as necessidades e diferenças de todas as pessoas indiscriminadamente.

Sem dúvida esse seria o desejo de todos principalmente das mães de filhos deficientes, porém o que se vê no dia a dia ainda são muitos profissionais totalmente desqualificados que na maioria das vezes deixam esses alunos de lado e eles acabam excluídos, não só pelo professor mas também pela turma em geral, que devido a pouca importância dada a essas crianças pelo professor acaba refletindo no restante da turma, passando uma mensagem inconsciente e irresponsável sobre os valores, avanços e capacidades que uma pessoa com deficiência pode ter.

De fato essa não é a educação que mães de pessoas com deficiência esperam dar para os seus filhos, não desmerecendo totalmente o trabalho das escolas públicas e a dedicação que acontecem em alguns casos tanto por parte de alguns professores como também de estagiários, no entanto isso não é o bastante para assegurar a melhoria na educação de pessoas com deficiência. As mães relatam que o que precisam é de profissionais capacitados e que se importem com os seus filhos.

MÉTODO

Este estudo consiste em uma revisão de literatura com foco em artigos publicados em repositórios nacionais envolvendo a temática Educação Inclusiva e foi organizado em quatro etapas: a primeira consistiu na busca, no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio do cruzamento dos descritores inclusão escolar, crianças com deficiência, escola pública, educação especial, inclusão escolar. A segunda etapa aconteceu por meio da leitura dos títulos e resumos dos artigos encontrados e selecionados. Na terceira etapa, foi realizado o fichamento dos artigos, observando as referências importantes para o nosso trabalho e por último, entrevistamos 10 mães por meio de um questionário gerido no Google Forms em que elas responderam como se sentem com relação a confiança na escola pública como um processo de inclusão de seus filhos.

RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Foi perguntado as mães de crianças com deficiências, como elas viam os avanços e trabalhos realizados com seus filhos nas escolas públicas. O que chamou a atenção, foi o fato de uma dessas mães ter se tornado estudante de pedagogia, ter um filho a princípio com traços de hiperatividade e ter estagiado no sistema público na área de educação especial. Ela relata com profundo desapontamento a falta de capacitação recebida tanto por ela, que na época era estagiária, quanto por parte dos professores. Além da falta de preparo e dedicação e aperfeiçoamento que se estendia a muitos profissionais da escola que chegavam a fazer orações por crianças tidas como hiperativas alegando estarem possuídas, e também a falta de conhecimento e sensibilidade de colegas estagiários que chegavam a criticar mães que matriculavam essas crianças com deficiência na escola.

A maior queixa por parte dessas mães está no despreparo, na falta de capacitação, na falta de dedicação, na falta de empatia e principalmente na falta de conhecimento, tudo isso perceptível em muitos professores e profissionais. Para nós fica claro que na maioria das vezes, a criança está apenas inserida na classe comum e ainda hoje existem mães que entram na justiça para garantir a vaga e aceitação de seus filhos deficientes em escolas públicas. Deixando-nos um questionamento: - Onde está a inclusão?

Muitas mães entrevistadas não acreditam que as leis tenham força suficiente para fazerem valer o direito à educação inclusiva, a uma escola que atenda as necessidades educacionais dos estudantes. Embora, possam garantir o acesso, não garantem a permanência ou a qualidade da educação. Supõem-se então, que as mães temam que com a obrigatoriedade, seus filhos sejam aceitos na escola não por ter direito a uma educação de qualidade, mas, porque em virtude da criminalização da recusa da efetivação da matrícula, eles seriam segregados e sofreriam discriminação.

Os dados obtidos no questionário aplicados às mães revelaram que 80% delas não se encontram confiantes no processo educacional oferecido pela escola com relação aos seus filhos. 90% dizem preferir estar em contato com os profissionais da saúde, e acreditam que a sala de recurso não oferece a aprendizagem e evolução que elas almejam, talvez porque esses profissionais de fato sejam capacitados, mas não estão em contato com seus filhos dia a dia, e esse trabalho fica para os estagiários ou porque os profissionais de saúde lhe passem mais confiança e demonstrem mais interesse, cuidado e dedicação para com a evolução de seus filhos.

CONCLUSÃO

Sabemos que a luta por igualdade e pelos direitos das pessoas com deficiência não é recente e está inserida num processo de reconhecimento e legitimação. É importante que toda a sociedade lute por esta causa, pois nossos direitos são iguais e dependendo da deficiência, a criança deve ser assistida em primeiro lugar nos departamentos públicos.

O artigo deixou claro que a escola pública ainda não se encontra preparada para desenvolver uma educação de fato inclusiva. Os questionários realizados com as mães evidenciou que precisamos de melhorias, investimentos e principalmente profissionais dedicados e capacitados para trabalhar com essas crianças

É preciso que nós tenhamos em mente que estamos trabalhando com vidas, que deixar um aluno simplesmente sentado observando o que acontece sem participar de nada, só mostra a falta de preparo dos professores e profissionais de educação.

Em suma, enfatizamos que ninguém é dono do saber e todos nós temos o que ensinar, uma criança com deficiência pode estar limitada a algumas atividades, mais nunca a capacidade de aprender e evoluir, e nada como um professor dedicado e qualificado para lhe proporcionar inclusão e um ensino aprendizagem que estimule suas possibilidades.

REFERÊNCIAS

- Brasil. (23 dez. 1996).. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Diário Oficial da União, Brasília.
- Carvalho, Rosita Edler. (2005). *Educação Inclusiva com os Pingos nos Is*. 2. ed. Porto Alegre: Mediação.
- Glat, R. (2007). *Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar* (Organização). – Rio de Janeiro: 7Letras.
- Mantoan, Maria Teresa Egler. (2003). *Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna,
- Perrenoud, Phillipe et al. (2002). *As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da educação*. 1. ed. Porto Alegre: ARTMED.
- Tannús-Valadão, G.; Mendes, E. G. (2018). Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, n. 0, p. 1–18.
- ENCENAS. Teorias de Piaget, novas tecnologias e educação inclusiva: uma reflexão disponível em Encenasaudemental.com/comportamento/insight/teorias-de-piaget-novas-tecnologias-e-educacao-inclusiva-uma-reflexao/.